



ATA N.º 12/2017

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE NOVEMBRO DE 2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 14 DE NOVEMBRO DE 2017

-----No dia 14 de novembro de 2017, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Extraordinária de novembro de 2017 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 13 de novembro de 2017 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2018;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2018;*
- PONTO 10 - *Eleição de representantes (efetivo e suplente) dos Presidentes das Juntas de Freguesia como um dos Delegados do Município aos Congressos da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses [alínea a) do n.º 2 do Artigo 6.º dos Estatutos da ANMP];*
- PONTO 11 - *Eleição de Autarca de Freguesia representante no Conselho Municipal de Educação [alínea d) do n.º 1 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15/01 – Conselhos Municipais de Educação e Carta Educativa];*
- PONTO 12 - *Eleição de Autarca de Freguesia representante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta [alínea b) do n.º 1 do Artigo 3.º-D da Lei n.º 17/2009, de 14/01];*
- PONTO 13 - *Eleição de Autarca de Freguesia representante no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal [alínea e) do n.º 2 do Artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18/08, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24/11];*
- PONTO 14 - *Eleição dos Membros para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Algarve [Artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09];*
- PONTO 15 - *Eleição de representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento [alínea b) do n.º 1 do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 81/2009, de 2 de abril, 102/2009, de 11 de maio, 248/2009, de 22 de setembro, 253/2012, de 27 de novembro, 137/2013, de 7 de outubro e 239/2015, de 14/10];*
- PONTO 16 - *Designação de Membros da Assembleia Municipal a integrem o Conselho Municipal da Juventude [alínea b) do Artigo 4.º do Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude];*
- PONTO 17 - *Designação de Membros da Assembleia Municipal para o Observatório Municipal da Saúde de Lagos [alínea d) do Artigo 4.º do Regulamento do Observatório Municipal da Saúde de Lagos];*



Fl. 134v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

- PONTO 18 - *Designação de Cidadãos pela Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança [alínea k) do n.º 1 do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança];*
- PONTO 19 - *Apreciação e votação da proposta de criação da Comissão Eventual para a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal [n.º 1 do Artigo 42.º do Regimento, em vigor, da Assembleia Municipal].*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 46 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Emídio Jacinto Grilo
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo



CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDS	Artur José Gomes Rêgo
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Margarida Maurício Correia

-----ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - TOMADA DE POSSE:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana	1 dia	Emídio Jacinto Grilo

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD: “Faleceu no passado dia 13 de novembro, aos 77 anos, Joaquim Manuel Cabrita Neto, um dos mais carismáticos dirigentes políticos algarvios do pós-25 de Abril, que ocupou, entre outras, as funções de Deputado e Governador Civil e foi Presidente do PSD/Algarve. Após o 25 de Abril, iniciou o seu percurso político no PSD e ocupou lugar na Assembleia da República durante várias legislaturas, de forma irregular, entre 1980 e 1999.



Fl. 135v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Durante cerca de uma década, entre 1985 e 1995, foi Governador Civil de Faro. Foi também Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve e, em termos políticos, Presidente do PSD/Algarve, desempenhando ainda muitas outras funções políticas, associativas e profissionais. Em sua memória, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Extraordinária no dia 14 de novembro, delibera: 1 - Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Manuel Cabrita Neto, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória. 2 - Expressar as suas sentidas condolências à família.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação o Voto de Pesar.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 95/AM/2017:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória do Sr. Cabrita Neto.-----

-----**PONTO 8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO ANO DE 2018:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-7.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva apresentação do assunto.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)	20.51

----- O Sr. Rui Araújo (PSD) leu a seguinte Proposta apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS: “Considerando que: - O Concelho de Lagos encontra-se na iminência de encerrar o PAEL; - Até entrar no PAEL, por força da situação de forte endividamento e desequilíbrio orçamental em que se encontrava o Município de Lagos, a taxa de participação variável no IRS praticada era de 3%; - Face ao acima exposto, não se justifica neste momento praticar uma taxa de participação variável no IRS de 4,5%, pois está ultrapassada a situação de emergência que levou à subida da mesma. Acresce que: - O Município de Lagos concorre com os restantes Municípios do Algarve na atração e captação de investimento, designadamente nos sectores do turismo e atividades conexas com o mesmo, bem como do imobiliário, sendo que a maioria do tecido empresarial local já existente e de futuros novos investidores é e será constituída por pequenos empresários ligados a esses sectores, a maioria dos quais são tributados em sede de IRS. - Assim sendo, verifica-se que a média de participação variável no IRS dos



Municípios do Algarve é de 3,47%, bem abaixo dos 4,5% propostos pela Câmara Municipal de Lagos, - verificando-se até que Municípios que diretamente concorrem com Lagos na captação desse investimento têm uma taxa de participação de 0%, como é o caso de Albufeira, ou de 3% idêntica à que Lagos praticava antes de entrar no PAEL, como é o caso de Lagoa. Pelo exposto, afigura-se demasiado gravoso para os Lacobrigenses e também prejudicial numa ótica de concorrência de mercado com o restante Algarve, a taxa de 4,5% proposta pela Câmara Municipal de Lagos. Propõem assim os Grupos da Assembleia Municipal de Lagos do PSD e do CDS a fixação de uma taxa máxima de participação variável no IRS de 3,5%, taxa que se afigura ajustada face à atual situação financeira do Município, concorrencial face à situação praticada nos restantes concelhos do Algarve, e de mais moderada justiça para os Munícipes e Contribuintes do Concelho.” Acrescentou que com a proposta apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS, a Câmara Municipal arrecadará uma receita no valor de 815 889,03€, menos 233 111,15€ em relação à proposta da Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) tendo em atenção os considerandos constantes na Proposta apresentada em conjunto pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS, perguntou à Câmara Municipal se tinha sido feita alguma ponderação sobre o facto de ter que ser apresentada a taxa de 4,5%, ou se existia margem para baixar o valor proposto, ou seja, no fundo questionou sobre os fundamentos da Câmara Municipal para apresentar a proposta de taxa no valor de 4,5%.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que a participação variável no IRS é constrangedora para os agregados familiares, porque não são apenas aqueles com mais rendimentos que são penalizados, são todos os contribuintes com rendimentos anuais, a partir dos 7 mil euros. Referiu que o desejável seria não ser aplicada esta taxa, o que seria, quem sabe, um incentivo para a natalidade. Disse que uma vez que existe folga financeira, por via das receitas do IMT, a Câmara Municipal podia ponderar a hipótese de abdicar desta receita proveniente do IRS.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que o Executivo PS ponderou todas as taxas referentes aos impostos municipais e por isso as mesmas, para 2018, vão baixar, sendo que o desejável seria baixar ainda mais, só que não pode correr o risco de baixar as taxas ao ponto de criar uma situação de desequilíbrio financeiro, num futuro próximo. Referiu que existe a preocupação, por parte do Executivo e do PS, em dar conforto financeiro às famílias, mas o Município também deve usufruir de igual conforto financeiro, para poder honrar os seus compromissos e criar condições de sucesso para os seus munícipes e visitantes do Concelho. Disse que o Grupo Municipal do PS não vê a proposta apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS, como sendo exequível.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que todos os impostos são constrangedores para a vida dos cidadãos, mas as receitas provenientes dos mesmos, são necessárias para o funcionamento do Município. Referiu que prevê um aumento com as despesas, nomeadamente com as despesas com o pessoal, uma vez que em 2018 vão ser contratadas mais pessoas e há salários que vão ser aumentados, pelo que a situação financeira da Câmara Municipal tem



Fl. 136v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

que se manter equilibrada, para não haver necessidade de ter que recorrer a medidas extraordinárias. Disse que existem Municípios com uma maior estabilidade financeira, do que o de Lagos, e por isso abdicam desta receita, e esse é o objetivo da Câmara de Lagos, criar condições estáveis, a nível de finanças, para poder baixar impostos municipais, ou mesmo colocá-los todos, com taxas mínimas, mas atualmente não se pode correr riscos, depois de fazer todas as contas. Referiu que as taxas propostas para 2018, foram todas muito bem ponderadas, sendo que irão baixar dentro do possível.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que a CDU defende que este imposto deveria ser um imposto nacional, evitando-se assim as concorrências, que se verificam, entre Municípios, pelo que espera que a próxima Lei das Finanças Locais contemple esta situação e que as transferências sejam feitas diretamente pelo Estado sem necessidade de existir todo este processo. Referiu que a manter a situação tal como está, o cidadão nunca sabe com o que conta.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse subscrever o que disse o Sr. Carlos Glória, no entanto reconhece que uma descida abrupta das taxas municipais, pode colocar as finanças da Câmara Municipal numa situação não desejável, no entanto considera haver condições para baixar um pouco mais aquilo que é proposto pela Câmara Municipal, a nível de impostos, uma vez que há situações que podem diminuir a despesa da Câmara, como renegociações de parcerias público-privadas, redefinir as festas organizadas e apoiadas pela Câmara Municipal, sem comprometer os eventos importantes. Terminou dizendo que o PAEL vai ser liquidado ainda no presente ano, pelo que para o ano não existirá esse encargo anual.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que a baixa de imposto municipais, vai ser uma realidade para 2018, no entanto não vislumbra a possibilidade de baixar ainda mais, pois os encargos previstos têm que estar garantidos para não se entrar em uma nova situação financeira menos boa. Referiu que fica bem à oposição dizer que se devia baixar mais os impostos municipais, mas é necessário haver alguma contenção nos pedidos. Em relação às festas, disse que o PSD devia identificar quais as festas, organizadas ou apoiadas pela Câmara Municipal, que deviam acabar.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse que neste momento, em Portugal, as famílias não conseguem poupar, pelo que favorecer as famílias neste contexto, é sinónimo de favorecer, também, a cidade em termos económicos. Referiu que as festas devem continuar, no entanto tem que ser ponderado o valor gasto com as mesmas.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a posição da CDU tem sido coerente, relativamente ao assunto em apreciação, ao longo dos anos, no entanto a situação existente acaba por penalizar os lacobrigenses. Sobre as festas disse que não tinha defendido o término de qualquer festa ou festas, apenas é da opinião de que os valores gastos com as mesmas devem ser ponderados. Disse achar curioso o PS não se manifestar relativamente às parcerias público-privadas, mas é normal, uma vez que foi o PS quem criou tais parcerias, com os efeitos negativos, conhecidos por todos, em relação às finanças municipais.-----



----- O Sr. Márcio Viegas (PS), em nome da bancada do PS, congratulou a posição da Câmara Municipal relativamente às taxas propostas, referentes aos impostos municipais a serem cobrados em 2018, considerando-a uma proposta ponderada. Lembrou que as taxas propostas pela Câmara Municipal, vão diminuir as receitas da Câmara Municipal em cerca de 1 milhão e 700 mil euros. Disse a terminar que todos se lembram de quem foi muito para além do sugerido pela Troika.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) disse que o PS devia era de se lembrar de quem chamou a Troika a Portugal, quem declarou a pré-falência do Estado e quem teve que vir atrás limpar a casa, sanear o País e endireitá-lo; quem chamou a Troika e negociou com a mesma foi o PS, não tinha sido nem o CDS, nem o PSD, sendo que estes Partidos vieram governar o desastre que o PS causou no País. Disse subscrever grande parte do que a Sra. Presidente da Câmara Municipal disse, principalmente no que diz respeito às cautelas, no entanto lembrou que foi por falta de cautelas que a Câmara Municipal de Lagos, chegou a um estado de rotura. Reconheceu o esforço da Câmara Municipal em baixar os impostos municipais. Referiu que defendia os moldes desta taxa tal como está, no âmbito da Lei das Finanças Locais, uma vez que fomenta a capacidade das Câmaras Municipais de criar e gerir as suas próprias receitas.-----

-----Posto isto foi submetida à votação a Proposta apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	2	3	1	0	0	0	6
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	2	1	1	4
VOTOS CONTRA	15	0	0	0	0	0	0	15

-----**DELIBERAÇÃO N.º 96/AM/2017:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS.-----

-----Seguidamente foi submetida à votação a **PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO ANO DE 2018**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	2	0	1	2	1	1	7
VOTOS CONTRA	0	0	3	0	0	0	0	3

-----**DELIBERAÇÃO N.º 97/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a percentagem de participação variável no IRS para 2018 em 4,5%, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1, do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 2 de novembro de 2017.-----

-----Declaração de Voto efetuada pela Sra. Ana Margarida Martins (LCF): “Face à excecional arrecadação de impostos verificados nos últimos anos, principalmente no



Fl. 137v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

que concerne ao IMT e também ao IMI, julgamos que a Câmara Municipal teria uma folga suficiente para baixar mais o IRS. Portanto votamos contra.”-----

-----**PONTO 9 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, A APLICAR NO ANO DE 2018:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-9.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva apresentação do assunto.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) começou por congratular-se com a proposta apresentada pela Câmara Municipal, a qual contempla uma baixa do imposto, e ainda uma redução para as famílias com filhos e para a reabilitação de habitações no Centro Histórico. Terminou anunciado o voto favorável do Grupo Municipal do CDS relativamente à proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que a proposta apresentada pela Câmara Municipal está em linha com o que tem defendido o PSD, ao longo dos últimos anos, pelo que iria receber o voto favorável do Grupo Municipal do PSD.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) fez a seguinte intervenção: “Lagos Com Futuro regozija-se pela taxa sugerida de 0,35%, de facto foi desde 2015 a percentagem proposta por este movimento. Congratulamo-nos igualmente pela manutenção da redução da taxa sobre os Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo cuja amplitude vai de 20 a 70€. Lagos vive neste momento uma bolha turística, tal como grande parte do país. As dificuldades para obter mão de obra são enormes, empresas houve, neste ano de 2017, que não lograram usar toda a capacidade de produção devido à falta de recursos humanos. Um dos óbices é a falta de habitação em Lagos. Entendemos que a economia deve seguir o seu curso, referimo-nos ao alojamento local, que retirou muitos municípios de uma situação económica extremamente débil e que permitiu à cidade um ano turístico sem paralelo. No entanto, neste momento, necessitamos de mais habitação para tornar possível a mobilidade da mão de obra, com o objetivo de satisfazer as necessidades sentidas e que irão continuar seguramente no próximo ano. Neste sentido, o orçamento de Estado para 2018, criou um incentivo para ativar o mercado de arrendamento, o arrendamento acessível, o qual consiste num desconto de 20% sobre o valor de referência do mercado, tendo como contrapartida uma redução do IMI que pode ir de 50 a 100%. Convictos que esta medida poderá contribuir para um incremento do mercado de arrendamento, propomos que se aprove esta medida fixando uma taxa de 50% de redução do IMI.”-----

-----O Sr. Emídio Grilo (PSD) disse ter ouvido várias referências ao congelamento de salários na função pública e que tal facto estava relacionado com a chegada da Troika, pelo que lembrou que quem começou com o congelamento de ordenados, tinha sido o PS no tempo do Eng. Sócrates, como Primeiro-Ministro, sendo que o Governo do PSD, apesar das dificuldades, aumentou as pensões mínimas.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que as menções à Troika, têm sido



feitas com frequência, mas o Sr. Artur Rêgo já tinha clarificado o assunto e todos sabiam o que estava na base do PAEL, em Lagos. Chamou à atenção da Câmara Municipal para o facto de ser prudente e que olhe para as famílias, uma vez que a situação em Lagos, relativamente ao arrendamento de habitação, está muito má, o que faz com que não se estabeleçam novas famílias em Lagos.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que a CDU iria votar a favor da proposta da Câmara Municipal, uma vez que a mesma pressuponha uma descida. Referiu que a expectativa da CDU é que a redução se vá mantendo, para que daqui a dois anos, possa vir a ser proposta a cobrança da taxa mínima de IMI, em Lagos.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que não ia falar da Troika, porque não tem saudades do passado recente. Lembrou que esta era a terceira taxa apresentada pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal contemplada com uma descida. Acrescentou que gostava de ver ainda mais reduzida a carga de imposto municipais, mas a proposta é a possível, garantindo assim o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal. Referiu ainda que outros no passado não fizeram tal proposta de baixa de impostos municipais. Disse que a preocupação com a habitação social em Lagos, é grande por parte do PS.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que a Derrama tinha mantido a taxa aprovada no ano anterior, pelo que este imposto municipal não desceu.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que ao falar em três impostos que baixaram, referia-se à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, do IRS e do IMI.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que LCF não defende a Troika e congratula-se com a descida do IMI.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o IMI vai baixar na medida adequada, uma vez que é uma receita importante para a Câmara Municipal e podia ser perigoso para as finanças da mesma, baixar mais.-----

-----O Sr. Artur Rêgo (CDS) pergunto ao Sr. Paulo Toste a que outros no passado se referia na sua intervenção, uma vez que os outros no passado tinham sido do PS.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) disse que se referiu ao passado, comparando-o com o atual presente, acrescentando que bastava olhar para a atual Assembleia Municipal.--

-----O Sr. Emídio Grilo (PSD) disse que a conversa é sempre a mesma e que todos culpam o Governo anterior, mas já foi lembrado a todos sobre quem chamou a Troika e os efeitos da mesma. Referiu que todos se lembram como o PS costuma governar o País e de como o deixa, sendo exemplos disso as governações de Mário Soares, António Guterres e José Sócrates. Disse que depois disso o PSD foi chamado pelos portugueses para tomar conta do País.-----

-----A Sra. Maria Clara Rato (PS) disse que o que estava para apreciação da Assembleia Municipal era o IMI. Referiu que as Câmaras Municipais do Algarve sofrem uma grande pressão com o aumento de população ao longo dos meses de Verão, pelo que é desejável que as Autarquias tomem medidas para salvaguardar situações menos boas, que possam vir a verificar-se no futuro, dado que a bolha do imobiliário pode não durar para sempre. Disse que a Câmara Municipal de Lagos pensa nas famílias, mas é ao mesmo tempo prudente, olhando para o futuro, tirando benefícios do que de bom foi feito e aprender com os erros cometidos.-----



Fl. 138v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que apesar do que foi dito pela Sra. Clara Rato, existem Câmaras Municipais no Algarve que praticam a taxa mínima do IMI. Acrescentou que a CDU não tinha assinado nenhuma vinda da Troika para Portugal.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, ainda sobre a derrama, disse que ia verificar junto dos Serviços se a mesma teria que estar consignada, no entanto informou que a verba arrecadada com este imposto, está cativa para ser aplicada na reabilitação da habitação municipal. Disse ter consciência da dificuldade em arrendar habitação em Lagos, pelo que está a ser trabalhada uma solução, por parte da Câmara Municipal, no sentido de ser apresentado um Programa de Habitação Municipal. Referiu que baixar mais a taxa do IMI seria um risco, pelo que as reduções apresentadas, são todas responsáveis. Acrescentou que o objetivo é reduzir as taxas de ano para ano, sempre que possível.-----

-----Posto isto foi submetida à votação a **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, A APLICAR NO ANO DE 2018**, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDS	CDU	BE	PAN	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	2	3	1	2	0	1	24
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	1	0	1

-----**DELIBERAÇÃO N.º 98/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por maioria, a fixação das taxas de IMI a cobrar em 2018: a) aprovar nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 112.º do CIMI a fixação da taxa de 0,8% para os prédios rústicos; aprovar nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 112.º do CIMI a fixação da taxa de 0,35% para os prédios urbanos; b) Fixar a taxa de 0,35% para todas as Freguesias nos termos do n.º 5 do Artigo 112.º do CIMI; c) Aplicar uma redução na taxa de IMI, tendo em conta o número de dependentes que compõem o agregado familiar, conforme o n.º 1 do Artigo 112.º-A do CIMI; d) aprovar nos termos do n.º 6 do Artigo 112.º do CIMI e do Artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, a aplicação de uma minoração de 30%, aos imóveis intervencionados na Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos ao abrigo da concessão de licenças de utilização emitidas entre 1 de setembro de 2016 e 31 de outubro de 2017, não abrangidos pela isenção de IMI, ao abrigo do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e do Estatuto dos Benefícios Fiscais; e) aprovar a majoração para o triplo da taxa para os prédios devolutos há mais de um ano e para os prédios em ruínas na Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Lagos. Tudo isto nos termos previstos na alínea d) do n.º 1, do Artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 2 de novembro de 2017.-----

-----Declaração de Voto apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O voto foi favorável da CDU à proposta apresentada pela Câmara Municipal para a descida de 0,025%, da taxa do IMI em relação aos prédios urbanos. No entanto, esta nossa



posição tem a expectativa do nosso voto favorável à concretização de nova redução de 0,025% em cada um dos próximos dois anos atingindo assim este Município a taxa mínima (03%) no ano de 2020. Esta descida pretende dar resposta aos legítimos anseios da população, mas ao mesmo tempo permitir os necessários reajustes no orçamento municipal para acomodar estas descidas.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 59 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 15 minutos.-----

-----**PONTO 10 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES (EFETIVO E SUPLENTE) DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA COMO UM DOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO AOS CONGRESSOS DA ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES [ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ARTIGO 6.º DOS ESTATUTOS DA ANMP]:** Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-11.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) apresentou a seguinte Proposta, do Grupo Municipal do PS: “Representantes (efetivos e suplentes) dos Presidentes de Junta de Freguesia como Delegados do Município aos Congressos da ANMP: - Efetivo: Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos; Suplente: Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).”-----

-----Posto isto e não tendo sido apresentada mais qualquer Lista, foi esta designada como Lista A, tendo-se procedido à votação da mesma, por escrutínio secreto, que teve os seguintes resultados:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	25
NÚMERO DE VOTOS	25
LISTA A	15
BRANCOS	10
NULOS	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 99/AM/2017:**

-----**Eleitos**, por escrutínio secreto, os seguintes representantes (efetivo e suplente) dos Presidentes das Juntas de Freguesia como um dos Delegados do Município aos Congressos da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, durante o atual Mandato de 2017/2021: - Efetivo: Sr. Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos; - Suplente: Sr. Carlos Manuel Pereira Fonseca - Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, de acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do Artigo 6.º dos Estatutos da ANMP.-----

-----**PONTO 11 - ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NO**



Fl. 139v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO [ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 7/2003, DE 15/01 – CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CARTA EDUCATIVA]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-13.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) apresentou a seguinte Proposta, do Grupo Municipal do PS: “Representante no Conselho Municipal de Educação o autarca de Freguesia: Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere).”-----

-----Não tendo sido apresentado mais qualquer Candidato, foi este designado como Candidato A, tendo-se procedido à votação do mesmo, por escrutínio secreto, que teve os seguintes resultados:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	25
NÚMERO DE VOTOS	25
CANDIDATO A	16
BRANCOS	9
NULOS	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 100/AM/2017:**

-----**Eleito**, por escrutínio secreto, como Autarca de Freguesia representante no Conselho Municipal de Educação, durante o atual Mandato de 2017/2021, o Sr. Carlos Manuel Pereira Fonseca (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, de acordo com o estipulado na alínea d) do n.º 1 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15/01 - Conselhos Municipais de Educação e Carta Educativa.-----

-----**PONTO 12 - ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA** [ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 3.º-D DA LEI N.º 17/2009, DE 14/01]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-15.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) apresentou a seguinte Proposta, do Grupo Municipal do PS: “Representante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta o autarca de Freguesia: Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João).”-----

-----Não tendo sido apresentado mais qualquer Candidato, foi este designado como Candidato A, tendo-se procedido à votação do mesmo, por escrutínio secreto, que teve os seguintes resultados:



	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	25
NÚMERO DE VOTOS	25
CANDIDATO A	16
BRANCOS	9
NULOS	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 101/AM/2017:**

-----**Eleito**, por escrutínio secreto, como Autarca de Freguesia representante na Comissão Municipal de Defesa da Floresta, durante o atual Mandato de 2017/2021, o Sr. Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (PS) - Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 1 do Artigo 3.º-D da Lei n.º 17/2009, de 14/01.-----

-----**PONTO 13 - ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA REPRESENTANTE NO CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL** [ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ARTIGO 157.º DO DECRETO-LEI N.º 202/2004, DE 18/08, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 201/2005, DE 24/11]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-17.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) apresentou a seguinte Proposta, do Grupo Municipal do PS: “Representante no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal o autarca de Freguesia: João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).”-----

-----Não tendo sido apresentado mais qualquer Candidato, foi este designado como Candidato A, tendo-se procedido à votação do mesmo, por escrutínio secreto, que teve os seguintes resultados:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	25
NÚMERO DE VOTOS	25
CANDIDATO A	15
BRANCOS	10
NULOS	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 102/AM/2017:**

-----**Eleito**, por escrutínio secreto, como Autarca de Freguesia representante no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, durante o atual Mandato de 2017/2021, o Sr. João Fernando Rosado Reis (PS) - Presidente da Junta de Freguesia da Luz, de acordo com o estipulado na alínea e) do n.º 2 do Artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18/08, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24/11.-----

-----**PONTO 14 - ELEIÇÃO DOS MEMBROS PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE** [ARTIGO



Fl. 140v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

83.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-19.-----

-----**SAÍDA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Seguidamente ausentaram-se da respetiva Bancada os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)

-----O Sr. Paulo Toste (PS) apresentou a seguinte lista subscrita pelo Grupo Municipal do PS: 1 - Paulo José Dias Morgado (PS); 2 - Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (PS); 3 - Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato (PS); 4 - Márcio Filipe dos Santos Viegas (PS); 5 - Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste (PS).-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) apresentou a seguinte lista subscrita pelos Grupos Municipais do PSD, LCF, CDU, CDS, BE e PAN: 1 - Rui Filipe Machado de Araújo (PSD); 2 - Ana Margarida Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF); 3 - José Manuel da Glória Freire de Oliveira (CDU); 4 - Ana Natacha Duarte Álvaro (BE); 5 - Margarida Maurício Correia (PAN).-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) anunciou que a Lista A seria a apresentada pelo Grupo Municipal do PS e a Lista B a apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Posto isto procedeu-se à Eleição dos Membros da Assembleia Municipal de Lagos para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Algarve, conforme o referido no Artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, por escrutínio secreto e por listas, tendo-se verificado os seguintes resultados:



	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	21
NÚMERO DE VOTOS	21
LISTA A	11
LISTA B	10
BRANCOS	0
NULOS	0
ABSTENÇÃO	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 103/AM/2017:**

-----De acordo com o Artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à eleição dos Membros para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Algarve:

-----A distribuição dos mandatos foi a seguinte (n.º e ordem):

-----Lista A: 2 (1.º e 3.º);

-----Lista B: 2 (2.º e 4º).

-----Os candidatos eleitos, por ordem de eleição, são os seguintes:

-----Paulo José Dias Morgado (Lista A);

-----Rui Filipe Machado de Araújo (Lista B);

-----Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (Lista A);

-----Ana Margarida Passos Águas Bento e Barros Martins (Lista B).

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Seguidamente retomaram os lugares na respetiva Bancada os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Márcio Alexandre Alves Regino (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)

-----**PONTO 15 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO BARLAVENTO** [ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 31.º DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22/02, ALTERADO PELOS DECRETOS-LEIS N.ºS 81/2009, DE 2 DE ABRIL, 102/2009, DE 11 DE MAIO, 248/2009, DE 22 DE SETEMBRO, 253/2012, DE 27 DE NOVEMBRO, 137/2013, DE 7 DE OUTUBRO E 239/2015, DE 14/10]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos



Fl. 141v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-22.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) apresentou a seguinte Proposta, do Grupo Municipal do PS: “O Grupo Municipal do PS propõe a Sra. Maria João Travanca Gervásio Batista, como representante da Assembleia Municipal de Lagos no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento.”-----

-----Não tendo sido apresentado mais qualquer Candidato, foi este designado como Candidata A, tendo-se procedido à votação do mesmo, por escrutínio secreto, que teve os seguintes resultados:

	Número de Votos
NÚMERO DE ELEITORES	25
NÚMERO DE VOTOS	25
CANDIDATO A	15
BRANCOS	10
NULOS	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 104/AM/2017:**

-----**Eleita**, por escrutínio secreto, para integrar o Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento, a Sra. Maria João Travanca Gervásio Batista (PS), nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 81/2009, de 2 de abril, 102/2009, de 11 de maio, 248/2009, de 22 de setembro, 253/2012, de 27 de novembro, 137/2013, de 7 de outubro e 239/2015, de 14/10.-----

-----**PONTO 16 - DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE [ALÍNEA B) DO ARTIGO 4.º DO REGIME JURÍDICO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DA JUVENTUDE]:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-24.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) anunciou os nomes indicados pelos Grupos Municipais para integrarem o Conselho Municipal da Juventude: Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes (CDU); - Ana Natacha Duarte Álvaro (BE); - Artur José Gomes Rêgo (CDS-PP); - Fernando de Jesus Ildefonso (LCF); - Margarida Maurício Correia (PAN); - Maria Manuela de Jesus Duarte (PS); - Rui Filipe Machado de Araújo (PSD).-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 105/AM/2017:**

-----**Designados**, ao abrigo da alínea b) do Artigo 4.º do Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude, os seguintes Membros para integrar o Conselho Municipal da Juventude: - Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes (CDU); - Ana Natacha Duarte Álvaro (BE); - Artur José Gomes Rêgo (CDS-PP); - Fernando de Jesus Ildefonso (LCF); - Margarida Maurício Correia (PAN); - Maria Manuela de Jesus Duarte (PS); - Rui Filipe Machado de Araújo (PSD).-----

-----**PONTO 17 - DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**



PARA O OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DA SAÚDE DE LAGOS [ALÍNEA D) DO ARTIGO 4.º DO REGULAMENTO DO OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DA SAÚDE DE LAGOS]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-26.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) anunciou os nomes indicados pelos Grupos Municipais para integrarem o Observatório Municipal da Saúde de Lagos: - Alexandra Cristina Neves Pargana (PSD); - Ana Margarida Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF); - Ana Natacha Duarte Álvaro (BE); - Artur José Gomes Rêgo (CDS-PP); - José Manuel da Glória Freire de Oliveira (CDU); - Margarida Maurício Correia (PAN); - Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza (PS).-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 106/AM/2017:**

-----**Designados**, ao abrigo da alínea d) do Artigo 4.º do Regulamento do Observatório Municipal da Saúde de Lagos, os seguintes Membros para integrar o Observatório Municipal da Saúde de Lagos: - Alexandra Cristina Neves Pargana (PSD); - Ana Margarida Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF); - Ana Natacha Duarte Álvaro (BE); - Artur José Gomes Rêgo (CDS-PP); - José Manuel da Glória Freire de Oliveira (CDU); - Margarida Maurício Correia (PAN); - Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza (PS).-----

-----**PONTO 18 - DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA** [ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 4.º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-27.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), deu conhecimento de que tinha sido deliberado, pela Comissão Permanente, que os Grupos Municipais indicavam o seguinte número de nomes para constituírem a Lista de cidadãos designados pela Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal de Segurança: PS - 3; PSD - 2; LCF - 2; CDU - 2; CDS - 1; BE - 1 e PAN - 1 e foi esse conjunto de nomes que passou a ler: Alexandre Miguel Alves Chito Pereira; - Ana Paula Pereira Viana; - David Eduardo Vicente Roque; - Emídio Jacinto Grilo; - Hélio Santos Gonçalves; - João Carlos da Silva Lopes Barroso; - José António de Oliveira Nobre; - José Manuel da Silva Jácome; - Luís Manuel Gaspar de Oliveira; - Luís Miguel da Silva Abrunhosa Pereira; - Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim; - Paulo Alexandre da Silva Cabrita Grade.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 107/AM/2017:**

-----**Designados**, pela Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea k) do n.º 1 do Artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, os seguintes cidadãos, que integrarão o Conselho Municipal de Segurança de Lagos: - Alexandre Miguel Alves Chito Pereira; - Ana Paula Pereira Viana; - David Eduardo



Fl. 142v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

Vicente Roque; - Emídio Jacinto Grilo; - Hélio Santos Gonçalves; - João Carlos da Silva Lopes Barroso; - José António de Oliveira Nobre; - José Manuel da Silva Jácome; - Luís Manuel Gaspar de Oliveira; - Luís Miguel da Silva Abrunhosa Pereira; - Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim; - Paulo Alexandre da Silva Cabrita Grade.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sugeriu a elaboração de uma informação semestral, por parte dos Membros da Assembleia Municipal que irão integrar os diversos organismos, para os quais tinham acabado de ser eleitos ou designados.-----

-----**PONTO 19 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** [N.º 1 DO ARTIGO 42.º DO REGIMENTO, EM VIGOR, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL]: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob os números D-597-28.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pela Comissão Permanente: “A Comissão Permanente propõe que seja esta Comissão a elaborar o projeto de alteração do Regimento da Assembleia Municipal para o Mandato Autárquico 2017/2021, sendo a seguinte a composição da Comissão Permanente: - Paulo Morgado (PS) - Presidente da Assembleia Municipal; - Sónia Melo (PS) - 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal; - José Jácome (PS) - 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal; - Ana Margarida Martins (LCF) - Líder do Grupo Municipal; - Ana Natacha Álvaro (BE) - Líder do Grupo Municipal; - Artur Rêgo (CDS-PP) - Líder do Grupo Municipal; - José Manuel Freire (CDU) - Líder do Grupo Municipal; - Margarida Maurício (PAN) - Líder do Grupo Municipal; - Paulo Toste (PS) - Líder do Grupo Municipal; - Rui Araújo (PSD) - Líder do Grupo Municipal.”-----

-----Posto isto foi submetida à votação a Proposta apresentada pela Comissão Permanente.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 108/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pela Comissão Permanente.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, com a exceção das que foram tomadas por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 52 minutos.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevo e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Fl. 143

Dias Morgado.-----

.....

.....
